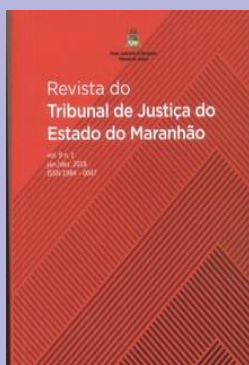




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO
DIVISÃO DE ACERVO – PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE
SET. / OUT. - 2018



REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.
São Luís, v. 9, n. 1, jan. / dez. 2018.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
DOCTRINA.....	11
PROVAS ILÍCITAS NO DIREITO DE FAMÍLIA: qual o limite e seu poder de alcance?	
Lourival Serejo	13
A EXCLUSÃO DO PAI: alienação parental à luz das constelações familiares e do direito sistêmico.	
Ana Carolina Carpes Madaleno	33
OPERANDO COM PRECEDENTES: desconstruindo o mito do engessamento judicial.	
Holidice Cantanhede Barros.....	51
O INTERVENCIONISMO ESTATAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E OS PRINCÍPIOS DO LIVRE COMÉRCIO	
Sergio Victor Tamer.....	75
JURISPRUDÊNCIA PENAL.....	83

DISCURSOS.....161

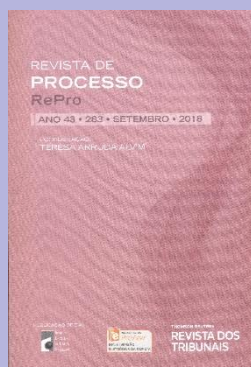
DISCURSO QUANDO DA POSSE SOLENE DO DESEMBARGADOR
JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS COMO PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM 15
DE DEZEMBRO DE 2017 163

DISCURSO QUANDO DA POSSE SOLENE DO DESEMBARGADOR
MARCELINO CHAVES EVERTON NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2013... 177

DISCURSO QUANDO DA POSSE SOLENE DO DESEMBARGADOR
LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 2018..... 191

DISCURSO QUANDO DA POSSE SOLENE DO DESEMBARGADOR
JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS NO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JANEIRO DE
2018..... 195

DISCURSO QUANDO DA POSSE SOLENE DO DESEMBARGADOR
JOSEMAR LOPES SANTOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 2018..... 201



REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: RT, v. 43, n. 283, set. 2018.

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL	9
APRESENTAÇÃO	11
PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Processo e Constituição – Parte III	
<i>Civil Procedure and Constitution – Part III</i>	
JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO	21
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
Notas acerca dos negócios jurídicos processuais atípicos – Parte I: custos operacionais	
<i>Notes on atypical procedure contracts – Part I: operational costs</i>	
BRUNO SILVEIRA DE OLIVEIRA.....	39
A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação	
<i>The judge's conduct and the "audi alteram partem" principle: consequences of this violation</i>	
ÉRICO ANDRADE	55
Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório	
<i>Rethinking the mechanisms to broaden of the rights to be heard and to influence judicial decisions</i>	
FELIPE BARRETO MARÇAL.....	107
Honorários advocatícios em decisões parciais de mérito e em decisões parciais sem mérito	
<i>Counsel fees in partial merit decisions and non-merit partial decisions</i>	
LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO.....	133

Litisconsórcio unitário facultativo: uma análise da extensão dos efeitos da coisa julgada <i>Facultative joinder unit: an analysis about the extension of res iudicata's subjective limits</i> LUÍZA ZANATTA MAIA.....	153
Curadoria especial: a defesa possível <i>Court-appointed attorney: the possible defense</i> MARCEL HÖFLING MARTINS.....	177
PROCESSO DE CONHECIMENTO (FASE COGNITIVA)	
Processo civil cooperativo: os deveres atribuídos ao juiz em matéria de prova como meio de viabilizar o efetivo acesso à justiça <i>Cooperative civil procedure: the duties conferred upon a judge with regard to evidence as a means of facilitating effective access to justice</i> FERNANDO DE SIQUEIRA.....	199
O tratamento processual dos litisconsortes: do litisconsórcio <i>ad processum</i> ao litisconsórcio <i>ad actum</i> <i>Il trattamento processuale dei litisconsorzi: dallo litisconsorzio ad processum allo litisconsorzio ad actum</i> RAVI PEIXOTO.....	231
Inversão do ônus da prova e o Código de Processo Civil de 2015: retrato da distribuição dinâmica <i>Inversion of the burden of proof and the 2015 Code of Civil Procedure: the portrait of the dynamic distribution</i> SAMUEL MEIRA BRASIL JR. e GABRIEL SARDENBERG CUNHA.....	257
TUTELA EXECUTIVA	
Expropriação de bem com obrigação <i>propter rem</i> no CPC/2015 <i>Property with propter rem obligation expropriation in CPC/2015</i> DAYANA VIEIRA e RAFAEL KNORR LIPPMANN.....	287
Executividade das decisões de improcedência de acordo com o Código de Processo Civil de 2015 <i>Esecuzione delle decisioni di licenziamento in conformità con il Codice di Procedura Civile del 2015</i> RINALDO MOUZALAS.....	319

TUTELA PROVISÓRIA

A estabilização da tutela requerida em caráter antecedente e a necessidade de interposição de recurso pelo réu: comentário a acórdão proferido pelo TJMG

The stabilization of the decisions taken in provisional measure, granted in antecedent character. The necessity of filling an appeal by the respondent: comments on decision issued by Minas Gerais State Court

MARCOS PITANGA CAETÉ FERREIRA 363

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Ação rescisória e o CPC/15: controvérsias e comportamento jurisprudencial

Rescissory action and CPC/ 15: controversies and jurisprudential behavior

JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO 377

Recorribilidade das decisões em matéria de intervenção de terceiros

Appeals on third-party intervention

LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI 399

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Da designação de audiências para autocomposição em processos coletivos

The designation of conciliation hearings in class actions

BRUNO JOSÉ SILVA NUNES e TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU 417

TUTELA DIFERENCIADA

Regras de experiência: utilização nas ações previdenciárias

Rules of experience: application in to the social security jurisprudence

DIEGO HENRIQUE SCHUSTER, JANE LÚCIA BERWANGER e MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR 435

A recorribilidade da decisão do relator em Reclamação pela via do agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis

The ability to appeal the rapporteur's decision rendered in Complaint by lodging an "agravo interno", on the Small Claims Courts

JOÃO ANTÔNIO TSCHÁ FACHINELLO e MÁRIAM JOAQUIM 455

DIREITO JURISPRUDENCIAL – JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES

Ativismo judicial e decisões por princípio: uma proposta de fixação dos limites da atuação do Poder Judiciário

Judicial activism and decisions by principles: a proposal to set limits to judicial power

FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA e CLARISSA TASSINARI 481

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

O fim do processo coletivo tal como o conhecemos: repensando a *class action* norte-americana

Ending class actions as we know them: rethinking the American class action rule

LINDA S. MULLENIX e tradutor BRUNO DANTAS 503

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Regras da IBA sobre "taking of evidence": compatibilidade com as normas processuais brasileiras

IBA rules on "taking of evidence": compatibility with the Brazilian procedural rules

GIOVANI DOS SANTOS RAVAGNANI 565

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Inadmissibilidade – Lei estadual que limita o valor para o pagamento de débitos judiciais da Fazenda Pública, por meio de Requisição de Pequeno Valor, para dez salários mínimos – Fixação por cada ente federado, conforme sua capacidade financeira que não implica em manifesto abuso no poder de legislar 609

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ABUSO DE DIREITO – Ocorrência – Executados que alegam vício na assinatura do título sabendo de antemão que a assinatura apostada foi por eles falsificadas – Verbas de sucumbência que o exequente teve de pagar que são providas de um exercício abusivo do direito de defesa, incompatível com os preceitos da boa-fé objetiva estabelecidos pelo Código Civil em seu art. 187 627

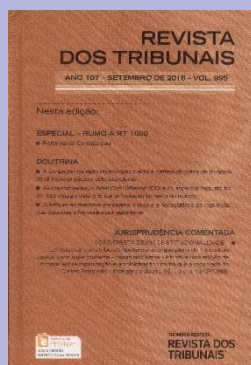
INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Majoração do valor da causa, integrando a quantia relativa aos danos extrapatrimoniais – Admissibilidade – Fraudes em contas-correntes, aplicações e financiamentos bancários – Cumulação de prejuízos que acarreta a soma de pedidos ressarcitórios no *quantum* da demanda 644

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – Transmissibilidade aos herdeiros da demanda – Admissibilidade – Provas que foram antecipadamente produzidas, em regular e exauriente contraditório – Atividade jurisdicional, ademais, que não depende das informações ou dos dados anteriores ao falecimento do *de cujus* 656

RESENHAS

<i>The law of judicial precedent</i> , de Bryan A. Garner e outros EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA.....	681
Precedentes vinculantes e a aplicação do direito brasileiro na convenção de arbitragem, de Márcio Bellocchi FÁTIMA NANCY ANDRIGHI.....	686
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	687
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA	697

Processo à Luz da
Constituição Federal



REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo, v. 107, n. 995, set. 2018.

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL	11
DOUTRINA	
DIREITO ARBITRAL	
A onda evolutiva da arbitragem envolvendo o poder público no Brasil	
<i>The evolutive wave of arbitration involving public power in Brazil</i>	
HAROLDO LOURENÇO.....	27
DIREITO CIVIL	
Direito de reunião e responsabilidade civil	
<i>Right of assembly and civil liability</i>	
EDILTON MEIRELES.....	53
O impacto econômico dos contratos incompletos	
<i>The economic impact of incomplete contracts</i>	
LETÍCIA SOSTER ARROSI.....	79
Do direito à integridade física aos transplantes: uma análise sob a ótica dos direitos da personalidade	
<i>From the right to physical integrity to transplants: an analysis from the point of view of rights of the personality</i>	
MARCOS VARGAS FOGAÇA	107
A revisão do contrato como remédio possível para o inadimplemento	
<i>Contractual revision as a possible remedy to the breach of contract</i>	
RODRIGO DA GUIA SILVA.....	129
DIREITO CONSTITUCIONAL	
Uma perspectiva histórica da declaração de inconstitucionalidade da Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967) pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF 130)	
<i>A historical perspective of the declaration of unconstitutionality of the Press Act (Law 5.250/1967) by the Supreme Court (ADPF 130)</i>	
AUGUSTO PASSAMANI BUFULIN e KATHARINE MAIA DOS SANTOS.....	159

A infiltração de agentes em meio virtual sob a égide do princípio da dignidade da pessoa humana: uma análise da Lei 13.441, de 8 de maio de 2017	
<i>The infiltration of agents in virtual media under the protection of the principle of the dignity of the human person: an analysis of Law 13,441, of May 08th, 2017</i>	
GREICE PATRÍCIA FULLER e FÁBIO GALLINARO.....	175
O princípio da presunção de inocência no julgamento do HC 126.292 pelo STF: crítica a uma decisão descompromissada com a Constituição	
<i>The principle of presumption of innocence in the trial of HC 126,292 by the Supreme Court: criticism of an uncompromising decision towards the Constitution</i>	
ROGER MOREIRA DE QUEIROZ.....	195
DIREITO CULTURAL	
Existe Carnaval em SP: direito cultural e a política pública para o Carnaval de Rua em São Paulo (2013-2016)	
<i>There is Carnival in SP: cultural law and public policy for Street Carnival in São Paulo (2013-2016)</i>	
GUILHERME VARELLA.....	217
DIREITO DE FAMÍLIA	
O afeto como instrumento das relações familiares	
<i>Affection as an instrument of family relations</i>	
CRISTIANE FARIA.....	235
DIREITO DIGITAL	
A disputa pelo poder no mercado de dados depende da condescendência do Direito: a realidade sempre é regulada	
<i>The dispute for power in the data-driven-market depends on Law condescendence: reality is always regulated</i>	
EDUARDA MORAES CHACON.....	249
DIREITO DO CONSUMIDOR	
Marketplace: contornos jurídicos e a responsabilidade civil nos acidentes de consumo	
<i>Marketplace: legal contours and civil responsibility in consumer accidents</i>	
DEOMAR ADRIANO GMACH.....	261
DIREITO DO TRABALHO	
La brecha salarial de género y su tratamiento en la negociación colectiva	
<i>The gender wage gap and its treatment in collective bargaining</i>	
MERCEDES LÓPEZ BALAGUER.....	287

DIREITO ECONÔMICO

A Petrobras diante do atual regime de partilha de produção na exploração dos blocos do Pré-sal

Petrobras before the current production sharing regime in exploring the Pre-salt blocks

GLEISSA MENDONÇA FARIA CARDOSO e EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA 325

Quem é o dono do *trust*? Uma análise do *trust* à luz do direito civil brasileiro

Who owns the trust? An analysis of the trust under Brazilian civil law

PYTHAGORAS LOPES DE CARVALHO NETO..... 351

DIREITO PENAL

A obrigação de sigilo do advogado ante a defesa do crime de lavagem de dinheiro praticado pelo seu cliente

The obligation of the lawyer's secrecy to advocate the defense of the money washing crime practiced by his client

ANA BEATRIZ DA SILVA GOMES e CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS..... 385

Reflexão sobre a teoria *queer*, a fobia ao grupo LGBT+ e a proteção pelo Direito Penal

Reflections about queer theory, the phobia against LGBT+ group and the protection by Criminal Law

CAMILA CHRISTIANE ROCHA NICOLAU e ANDRESSA PAULA DE ANDRADE 407

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A tese jurídica do STF no Tema 676: correção e superação

The Brazilian Supreme Court and the legal Thesis 676: correction and overruling

JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA e DAURY CÉSAR FABRIZ..... 429

A tutela jurisdicional como polo metodológico do processo civil

The jurisdictional protection as the nuclear principle of civil procedure

CÁSSIO BENVENUTI DE CASTRO 439

DIREITO PROCESSUAL PENAL

A prova testemunhal no processo penal sob o aspecto do Estatuto da Pessoa com Deficiência: perspectiva crítica internacional e constitucional

The testimonial proof in the criminal process under the appearance of the Statutes of the Disabled Person: international criminal and constitutional perspective

ADEVALDO DO NASCIMENTO BARBOSA e MARCELO GONÇALVES DA SILVA..... 477

DIREITO RECUPERACIONAL

A verificação administrativa de créditos na recuperação judicial de empresas

Administrative Credit Claims Examination in the Judicial Reorganization Procedure

MAURO TEIXEIRA DE FARIA 503

DIREITO TRIBUTÁRIO

Os privilégios e primazias do crédito tributário justificam a dispensa da prévia garantia nos embargos

The privileges and guarantees of the tax credit exempt the previous guarantee on the embargoes to fiscal execution

..... CLEDI DE FÁTIMA MANICA MOSCON 533

A (polêmica) incidência do ISS sobre as atividades do Netflix/Spotify

The (controversial) tax on services incidence on Netflix/Spotify Activities

..... FRANCISCO ETTORE GIANNICO NETO 551

A liberdade do contribuinte nas operações comerciais: uma análise sob o viés da boa-fé

The taxpayer's freedom in commercial operations: an analysis concerning the good faith

..... GABRIELA FISCHER JUNQUEIRA FRANCO 573

ATUALIDADES

A bandeira anticorrupção na disputa eleitoral de 2018: legados das jornadas de outono

The anticorruption banner in the election dispute of 2018: legacy of autumn days

..... ERNANE SALLES DA COSTA JUNIOR 589

As criptomoedas, o *initial coin offering* (ico) e os aspectos regulatórios – em que estágio está o Brasil em relação ao resto do mundo

The cryptocurrency, the initial coin offering (ico) and the regulatory aspects – what is Brazil's situation concerning to the rest of the world?

..... CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES 613

Arbitrium ex machina: panorama, riscos e a necessidade de regulação das decisões informadas por algoritmos

Arbitrium ex machina: framework, risks and the governance of decisions informed by algorithms

..... ISABELA FERRARI, DANIEL BECKER e ERIK NAVARRO WOLKART 635

NOTAS E COMENTÁRIOS

Cybercrimes: a sextorsão chega ao Brasil

..... SPENCER TOTH SYDOW 659

ENTREVISTA

Entrevista – Araken de Assis

Entrevista feita por: ANDREIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES, DIEGO MENDONÇA e

..... KAROLINA DE ALBUQUERQUE ARAÚJO 669

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

Especial – Rumo À RT 1000

Reforma da Constituição

MARIO GUIMARÃES 678

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que atribui competência ao órgão pleno do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos – Inadmissibilidade – Iniciativa para edição de normas sobre organização e administração interna que é reservada às Cortes Regionais – Inteligência do art. 96, I, a e d, da CF/1988.

Comentário por MIRIAM FECCHIO CHUEIRI, VALDEMIR CARLOS BELTRAMI FILHO e LUIZ

MANOEL GOMES JUNIOR..... 695

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Aprovação do plano via *cram down* – Flexibilização dos requisitos – Admissibilidade – Verificação que deve ser realizada visando a evitar eventual abuso de direito de credor dominante na deliberação – Observância, ademais, do princípio da preservação da empresa na superação da crise.

Comentário por ARTHUR MIRANDA CAVALCANTI 720

- PENA – Afastamento de agravante do delito de roubo pelo emprego de arma branca – Admissibilidade – Superveniência de lei mais benéfica – Retroatividade da norma em benefício do réu que se impõe.

Comentário por THIAGO BALDANI GOMES DE FILIPPO 742

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- *HABEAS CORPUS* – Liminar – Impetração contra manutenção de profissional vinculado a um contrato de trabalho com mora contumaz – Admissibilidade – Pagamento parcial e extemporâneo feito pelo clube que não elimina a mora já caracterizada – Conduta, ademais, que atenta contra os princípios da boa-fé, liberdade de trabalho e dignidade da pessoa humana.

Comentário por MARIA CLÁUDIA FELTEN 761

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- MEDIDA LIMINAR – Representação eleitoral – Admissibilidade – Pessoa não identificada que dissemina notícias falsas (*fake news*) em rede social com o intuito de prejudicar a imagem política de pré-candidata à Presidência da República – Constituição Federal que garante a liberdade de expressão, mas veda a manifestação anônima – Remoção das notícias falsas e fornecimento dos dados pessoais e de acesso do criador e dos administradores do perfil na rede social que se impõem – Inteligência do art. 5º, IV, da CF/1988.

Comentário por ÂNGELO SOARES CASTILHOS e RAFAEL MAFFINI 775

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – Fiscalização dos recolhimentos de taxas e valores pelo CNJ – Inadmissibilidade – Atividade de alçada dos Tribunais de Justiça – Cortes regionais, ademais, que detêm a prerrogativa de escolha dos meios que reputar mais convenientes ao serviço. 793
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Reserva de plenário – Violação – Inocorrência – Decisão que anula contrato público municipal – Mera interpretação de norma infraconstitucional que não configura ofensa ao art. 97 da CF/1988. 795

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- LOCAÇÃO – Cessão do contrato – Ocorrência – Ausência de oposição à notificação extrajudicial e permanência da pessoa jurídica no imóvel, com o conhecimento do locador – Força obrigatória das disposições que deve ser mitigada pela boa-fé objetiva e função social do contrato – Inteligência do art. 13 da Lei 8.245/1991. 799
- INTERNET – Pessoa física que registra nome de domínio genérico em conflito com marca anteriormente registrada – Inadmissibilidade – Má-fé no uso do símbolo idêntico ao nome comercial que afasta a regra da primeira posse – Jurisprudência, ademais, que afirma a competência da justiça brasileira para análise do caso. 801
- PENHORA – Adjudicação de bens em execução proposta contra cônjuge – Inadmissibilidade – Hipótese em que o a constrição incide sobre patrimônio indivisível – Meação que recai sobre o produto da alienação. 803
- COMPRA E VENDA – Imóvel – Pagamento de parcela em dinheiro – Roubo do montante durante a conferência – Tradição e quitação – Ocorrência – Prestação de pagar quantia certa que é satisfeita com a entrega efetiva do dinheiro – Risco, ademais, que passa a ser do credor com a inversão legítima da posse. 805

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- HORAS EXTRAS – Trabalhador portuário – Indenização decorrente da redução das horas extras habitualmente prestadas, em cumprimento a Termo de Ajustamento de Conduta – Admissibilidade – Supressão que contraria o entendimento da Súmula 291 do TST. 809

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- CRIME MILITAR – Deserção – Perda do status de militar em momento posterior a acusação – Extinção de punibilidade – Inocorrência – *Status* que é condição de procedibilidade e não impede o prosseguimento do feito – Inteligência da Súmula 12 do STM. 813

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Suspensão de bloqueio em conta corrente – Inadmissibilidade – Sequestro de bens decorrente de crime de desvio de verbas públicas federais e lavagem de capitais – Inexistência de elementos de prova aptos para concessão da medida – Manutenção da constrição que se impõe. 817

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

- CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE – Poluição sonora – Flexibilização da quantidade máxima de decibéis autorizados em área residencial durante festa do Marabaixo – Admissibilidade – Festividade que constitui a maior representação cultural estadual. 821

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

- EMBARGOS DE EXECUÇÃO – Nota promissória – Inexistência de causa *debendi* – Inocorrência – Débito originado de contrato verbal de prestação de serviços advocatícios – Ausência, ademais, de prova irrefutável capaz de mitigar a autonomia e abstração do título • EXECUÇÃO – Excesso – Inocorrência – Alegação de pagamento parcial do título – Ausência de indicação e discriminação do valor incontroverso que afasta o argumento – Inteligência do art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC. 825

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO

- CONSUMIDOR – Indenização – Erro médico – Cirurgião que retira ovário sadio após exame de imagem – Responsabilização solidária do plano de saúde e do laboratório – Admissibilidade – Descrição equivocada pelo médico que realizou a ultrassonografia que configura a culpa do laboratório – Operadora do plano de saúde, ademais, que responde na qualidade de fornecedora de serviços. 829

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- DANO MORAL – Indenização – Inscrição do nome em órgão de proteção de crédito – Consumidor que alega inexistência da relação de consumo – Comparação entre assinaturas de prova documental e procuração que confirma a semelhança evidente e demonstra a celebração do contrato – Verbas indevidas. 835

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

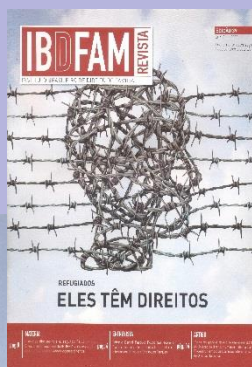
- RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL – Pretensa inclusão do sobrenome da avó materna ao nome – Admissibilidade – Menor que alega sofrer constrangimentos por possuir apenas um sobrenome – Caso em que é possível flexibilizar o princípio da imutabilidade – Vedação legal, ademais, que é inexistente, bem como ausente a ocorrência de prejuízos a terceiros. 841

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- DANO MATERIAL – Indenização – Direito real de uso e habitação – Posse injusta – Ocorrência – Mulher que continua em imóvel após morte de companheiro mesmo com notificação para desocupá-lo – Habitação que é direito insusceptível e personalíssimo – Permanência que caracteriza a privação do imóvel pelos proprietários – Verba devida. 845

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 847

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 857



IBDFAM REVISTA. Belo Horizonte, n. 39, jun. / jul. 2018.

IBDFAM **REVISTA**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA

EDIÇÃO 39
Jun. / Jul. 2018
Fechamento autorizado
Pode ser aberto pela ECT

REFUGIADOS
ELES TÊM DIREITOS

MATÉRIA
O que se discute hoje é, segundo Paulo Lins e Silva, diretor nacional do IBDFAM, a necessidade de uma maior efetividade desses direitos.
pág. 8

ENTREVISTA
Fabrício Bertini Pasquot Polido fala sobre a "relação de constante aprendizado" entre Direito Internacional Privado e Direito das Famílias.
pág. 4

ARTIGO
"Cada refugiado é reflexo de um grave padrão de violação de direitos humanos", afirma Flávia Piovesan, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
pág. 14



ESPAÇO DO LEITOR

PÁG. 05
ENTREVISTA

PÁG. 08
MATÉRIA DE CAPA

PÁG. 14
ARTIGO

PÁG. 15
LAZER

A PROTEÇÃO ESTÁ EM RISCO
O DIREITO NÃO PODE RETROCEDER

DISCORDE
DO PL 10639/2018
QUE QUER REVOGAR
A LEI DA ALIENAÇÃO
PARENTAL
(LEI Nº 12.318/2010).

PROTEJA O FUTURO
DAS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
NO BRASIL!

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito de Família
Comissão da Infância e Juventude

A campanha foi lançada, em agosto, pelo IBDFAM e ganhou ampla adesão dos nossos seguidores no Facebook e Instagram. Confira alguns comentários:

FACEBOOK

Cibele França: Absurdo. É triste ver o posicionamento do nosso legislativo. Quantas crianças deverão sofrer nas mãos de pais, que as utilizam como joguete para atingir seu ex-cônjuge, negando às crianças o direito de serem amadas por ambos. Estamos vivendo uma época muito sombria.

Ederfan Martins:

Revoltante! Um texto absurdamente mal escrito. Além de atentar contra a segurança da criança, tenta passar a mensagem de proteção ao menos. Diga não ao retrocesso, lute por aqueles que precisam de você! *

INSTAGRAM

Sararalzer: Não li o projeto de lei, mas só de olhar esta postagem já achei um absurdo revogar a referida lei!

Denisecavalcantic: Absurdo esse PL. Enquanto advogada que atua nas varas de família, atesto que a lei é um avanço. Devendo ser feitas pequenas adequações.

ma.alicia: É um absurdo a justificativa apresentada por esse deputado. Ele não tem noção alguma sobre o que é alienação parental. Não podemos deixar isso acontecer. Será um grande retrocesso.

monica.psjuridica: A lei certamente foi um avanço, mesmo que não atenda de forma plena, ainda é um instrumento de proteção às crianças e adolescentes. O problema maior é a falta de escrúpulos e educação de alguns que a usam inadequadamente.

Este espaço é seu.
Participe!

www.ibdfam.org.br
ascom@ibdfam.org.br

Acesse nossas
redes sociais:

Twitter:
[@IBDFAM_oficial](https://twitter.com/IBDFAM_oficial)

Instagram:
[@ibdfam](https://www.instagram.com/ibdfam)

Facebook:
facebook.com/ibdfam